



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 279

Processo: 13052/2012

Rubrica: \_\_\_\_\_

**PROCESSO Nº:** 13052/12

**ORIGEM:** Empresa Brasiliense de Turismo – BRASILIATUR

**ASSUNTO:** Tomada de Contas Especial – TCE

**EMENTA:** Tomada de Contas Especial. Empresa Brasiliense de Turismo. Irregularidades. Inexecução de serviços. Pagamento irregular. Conversão dos autos em Tomada de Contas Especial. Contas julgadas irregulares. Débito. Responsabilidade solidária. Recurso de Reconsideração. Unidade Técnica pelo desprovimento. Concordância do Órgão Ministerial. Voto convergente.

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial decorrente de conversão determinada pelo item IV da Decisão n.º 2616/12, tendo em conta impropriedades verificadas em auditoria de regularidade realizada na Brasiliatur, consubstanciada no Relatório de Auditoria n.º 7/2011 – 1ª ICE/Divisão de Auditoria (fls. 03/31).

Por meio do item III da Decisão n.º 2343/15, o Tribunal julgou as contas dos envolvidos na seguinte forma:

*III – julgar:*

*(...)*

*b) irregulares as contas dos responsáveis abaixo elencados, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “c”, da LC n.º 01/1994, em decorrência das seguintes situações apontadas no Relatório de Auditoria n.º 7/2011:*

*b.1) não comprovação da execução/entrega de 1.250 metros lineares de barricadas e indevido pagamento de 04 (quatro) diárias de um stand de 36m², ocasionando prejuízo ao erário no valor de R\$ 81.270,43 (oitenta e um mil, duzentos e setenta reais e quarenta e três centavos), atualizado pelo Sindec/TCDF em 22.05.2014, ante a responsabilização da empresa João Palestino Eventos Ltda. em solidariedade com a Senhora Isabel Maria Cardoso Sessa;*

*b.2) indevido pagamento de 01 (uma) diária de locação de Gerador de 300Kva, ocasionando prejuízo ao erário no valor de R\$ 1.050,01 (mil, cinquenta reais e um centavo), atualizado pelo Sindec/TCDF em 22.05.2014, ante a responsabilização da empresa Mercado Cultural Ltda. em solidariedade com a Senhora Isabel Maria Cardoso Sessa.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 280

Processo: 13052/2012

Rubrica: \_\_\_\_\_

Nesta fase processual, examina-se o mérito de recurso de reconsideração interposto pela empresa João Palestino Eventos Ltda. contra o item “III-b.1” da decisão acima.

A Unidade Técnica, nos termos da Informação n.º 97/2016 – SECONT/3ª Divisão de Contas (fls. 261/271), manifestou-se pelo desprovimento do recurso. Tal entendimento mereceu a aquiescência do *Parquet* especial, conforme Parecer 587/2016-CF (fls. 272/277), do qual destaco os seguintes excertos:

“4. Nesta fase processual, portanto, examina-se o mérito da peça recursal de folhas 234 a 235, por meio da qual a Recorrente requereu a reforma da Decisão n.º 2.443/2015 (folhas 214/215), argumentando, em síntese, que (folhas 234 a 235):

a) durante a realização das festividades do carnaval de 2009 foram prestados os serviços contratados, com o fornecimento de tendas e de materiais destinados à festividade (folha 234);

b) todos os festejos foram estruturados pela Recorrente que prestou amplo serviço à população local, permitindo a realização do carnaval que, caso não tivesse ocorrido, teria ensejado revolta popular, com ampla divulgação na imprensa;

c) a circunstância descrita na alínea “b”, supra, segundo a Recorrente, comprova a prestação de serviços de acordo com o contrato;

d) asseverou que o fato de a Recorrente ter prestado serviços nos anos subsequentes sem “qualquer problema ou qualquer reclamação” indica a regularidade do procedimento inquinado;

e) não há como negar a prestação de serviços, já que milhares de pessoas participaram da festa;

f) o gasto para a montagem da estrutura foi muito elevado no intuito de que não ocorresse qualquer problema para o público usuário; e

g) o ônus da prova da não prestação dos serviços cabe a quem alega.

(...)

6. A Unidade Técnica examinou o mérito recursal nos termos da Informação n.º 97/2016-SECONT/3ª Divisão de Contas (folhas 261 a 271), assentando que está comprovado nos autos que os seguintes itens contratados deixaram de ser fornecidos pela Recorrente:

a) 1.250 metros lineares de barricadas não foram instalados em diversas localidades, entretanto, foram pagos, gerando um prejuízo de R\$ 28.800,00 (parágrafos 70, 71 e 81 do Relatório de Auditoria n.º 7/2011 – 1ª ICE/Divisão de Auditoria);



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 281

Processo: 13052/2012

Rubrica: \_\_\_\_\_

*b) um stand de 36 m2 não foi colocado à disposição da Administração Pública para a realização do evento, nos 4 (quatro) dias em que ocorreu em Taguatinga, o que gerou um prejuízo de R\$ 33.120,00 (parágrafos 74, 75, 76 e 81 do Relatório de Auditoria n.º 7/2011 – 1ª ICE/Divisão de Auditoria).*

7. *Informou que o Relatório de Auditoria n.º 7/2011 está amparado nos relatórios de execução de serviços relativos ao carnaval de 2009 e subscritos pela Senhora Isabel Sessa, Gerente de Planejamento da Brasiliatur, por meio dos quais se registrou que não foram disponibilizados os itens referidos (Relatório de Execução – RE de folhas 128 a 127).*

8. *Destacou que os atestados de execução emitidos pela Senhora Isabel Sessa, Gerente de Planejamento da Brasiliatur (folhas 103 a 131), são documentos probatórios da **inexecução dos serviços neles indicados**.*

9. *A despeito disso, salientou que os **referidos serviços foram faturados e pagos**, conforme indicado nos parágrafos 27, 71 e 76 do Relatório de Auditoria n.º 7/2011–1ª ICE/Divisão de Auditoria e pela Nota Fiscal n.º 778 (folhas 09, 17 a 18 e 132).*

10. *Assim, entende estar sobejamente documentado que a empresa João Palestino Eventos Ltda., efetivamente, não prestou os referidos serviços, entretanto os faturou e recebeu os valores a ele correspondentes de forma indevida; motivo pelo qual entende as **alegações recursais devem ser consideradas improcedentes**, para autorizar a notificação da Recorrente a fim de que recolha o valor devido, nos termos do art. 26 da Lei Complementar n.º 01/1994.*

11. *Os autos vêm à apreciação do **Ministério Público de Contas** a teor do Despacho do Senhor Secretário de Controle Externo à folha 271-verso.*

12. *O MPCDF não tem ressalvas ou acréscimos à Instrução. De fato, são evasivas as Razões Recursais apresentadas pela Recorrente com o intuito de afastar a **responsabilidade solidária** que lhe foi imputada na forma da Decisão n.º 2.343/2015.”*

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 282

Processo: 13052/2012

Rubrica: \_\_\_\_\_

**V O T O**

Nesta fase processual, examina-se o mérito do Recurso de Reconsideração (fls. 234/235) interposto pelo representante legal da empresa João Palestino Eventos Ltda., contra os termos da Decisão n.º 2343/15 e do Acórdão n.º 290/15.

Por meio da referida decisão, o Tribunal julgou irregulares as contas da recorrente em face da não comprovação da execução/entrega de 1.250 metros lineares de barricadas e do indevido pagamento de 04 (quatro) diárias de um *stand* de 36 m², que não teria sido disponibilizado.

A alegação da recorrente de que foi responsabilizada sem que haja elementos de prova demonstrando a irregularidade não merece prosperar, pois, conforme salientando pela Unidade Técnica, os Atestados de Execução emitidos pela Sra. Isabel Sessa, Gerente de Planejamento da Brasiliatur, vistos às fls. 103/131, comprovam a inexecução dos serviços aqui inquinados.

Como o recorrente não trouxe nenhum elemento novo capaz de afastar a irregularidade em discussão, entendo que não merecem reparos as manifestações dos Órgãos Técnico e Ministerial.

Com essas considerações, e acolhendo como razão de decidir os fundamentos lançados na Informação n.º 97/2016 – SECONT/3ª Divisão de Contas (fls. 261/271) e no Parecer 587/2016-CF (fls. 272/277), sou pelo desprovimento do recurso ora em apreço, mantendo-se na íntegra a decisão guerreada.

Ante o exposto, em concordância com os Órgãos Técnico e Ministerial, **VOTO** por que este egrégio Plenário:

- I – no mérito, negue provimento ao Recurso de Reconsideração de fls. 234/235, interposto pela empresa João Palestino Eventos Ltda., mantendo-se na íntegra os termos da Decisão n.º 2343/2015 e do Acórdão n.º 290/2015;
- II – com esteio no art. 26 da LC n.º 01/94, autorize a notificação da empresa João Palestino Eventos Ltda.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 283

Processo: 13052/2012

Rubrica: \_\_\_\_\_

para que, em novo prazo de 30 (trinta) dias, recolha aos cofres do GDF o valor do débito que lhe foi imputado nos autos, a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar n.º 435/2001 e da Emenda Regimental/TCDF n.º 13/2003;

III – dê ciência desta decisão à recorrente;

IV – retorne o feito à Secretaria de Contas para os devidos fins.

Brasília, em                      de                      de 2016.

**MANOEL DE ANDRADE**

**Relator**